



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Acre

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

INTRODUÇÃO

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

Fundamentação: Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público. (inciso I do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021).

O presente estudo visa a contratação de empresa especializada para a prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) Local na modalidade fixo para fixo e fixo para móvel, para atender a Procuradoria da República no Estado do Acre (PR/AC).

A tecnologia de telefonia fixa está presente na Procuradoria da República no Estado do Acre - PR/AC como um importante instrumento em seu dia a dia e seu funcionamento é baseado principalmente na tecnologia TDM(Time Division Multiplexing), que apesar de tradicional, robusta e confiável, encontra-se atualmente em um estágio de estagnação tecnológica, o que a torna obsoleta e impede que sejam adotadas soluções mais modernas de telefonia institucional.

Uma alternativa ao TDM é o VoIP (Voice over Internet Protocol) que permite a transmissão de voz via protocolos de internet, transformando os sinais de áudio analógicos

em dados digitais e que possibilita uma série de outros serviços, como chamadas de vídeo, segurança de comunicações, independência e mobilidade. A tendência é que no futuro todo o serviço de telefonia seja prestado via VoIP, passando todos os processos de telefonia do ambiente convencional para a nuvem.

O atual Contrato de Telefonia PR/AC nº 3/2018, celebrado com a empresa CLARO S/A, prevê um tronco digital, em fibra óptica e plano de numeração de 150 ramais para a PR/AC, tudo isso somado a um plano de minutagem para ligações locais, fixo para celular atendendo as necessidades do prédio sede e do Escritório de Representação em Cruzeiro do Sul, portanto, pode-se resumir a necessidade de negócio como: manutenção da comunicação contínua dos usuários de serviços de telefonia para a realização de seus trabalhos institucionais.

É preciso ressaltar ainda as diversas tentativas de contratações de serviços de telefonia fixa desta Unidade Ministerial que acabaram frustradas. Por exemplo, o Pregão Eletrônico nº 01/2023 (PR/AC), que sucedeu o também fracassado Pregão Eletrônico 12/2021 (PR/DF), e que a PGR está em avançado processo de contratação de uma solução única que atenderá as mais modernas exigências de telefonia fixa via rede de dados e possuirá caráter nacional, devendo ser adotada por todas as unidades do MPF (PGEA – 1.00.000.018489/2022-34).

Desta forma, a presente contratação tem como objetivo suprir a necessidade dos serviços de telefonia da Procuradoria da República no Acre no exercício de 2024 até que seja implantado o processo de contratação de Comunicação Unificada (UcaaS) executado pela Procuradoria Geral da República.

2 – PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

Fundamentação: Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração; (inciso II do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).

Demonstração do alinhamento entre a contratação e o planejamento do órgão ou entidade, identificando a previsão no Plano Anual de Contratações ou, se for o caso, justificando a ausência de previsão; (Art. 12, inciso VII da Lei 14.133/21).

2.1. Alinhamento com o Planejamento Estratégico Institucional e da Tecnologia da Informação

2.1.1. A presente contratação encontra-se em consonância com o Planejamento Estratégico Institucional – PEI/MPF para o decênio 2022-2027, instituído por meio da Portaria PGR/MPF nº 3, de 11 de fevereiro de 2022, e com o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação – PETI/MPF, instituído por meio da Portaria PGR/MPF nº 560, de 14 de agosto de 2013, principalmente quanto ao atingimento dos seguintes objetivos:

2.1.1.1. Planejamento Estratégico Institucional – PEI:

2.1.1.1.1. A presente contratação alinha-se aos seguintes objetivos:

- OE10. Aprimorar os processos de trabalho, conferindo-lhes utilidade e eficiência;
- OE12. Prover soluções tecnológicas integradas, sustentáveis e estáveis, com foco na segurança da informação, na simplicidade e na necessidade dos usuários.

2.1.1.1.2. Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação – PETI, alinhamento com a identidade estratégica:

2.1.1.1.2.1. Missão: Prover com excelência, soluções de tecnologia da informação e comunicação para o cumprimento da missão institucional do Ministério Público Federal.

2.1.1.1.3. Alinhamento com os seguintes objetivos estratégicos de tecnologia da informação e comunicação:

- OETI 1 - Prover soluções de tecnologia da informação e comunicação alinhadas com a estratégia;
- OETI 5 - Assegurar a transparência do orçamento de TI e sua aplicação em projetos alinhados à estratégia institucional;
- OETI 7 - Assegurar um processo de comunicação ágil e eficaz que favoreça a atuação integrada;
- OETI 6 - Fortalecer a imagem de integração da TI Nacional;
- OETI 8 - Promover a evolução contínua de processos e soluções de TI, agregando valor à atuação institucional.

2.2. A presente contratação não consta atualmente no Plano Anual de Contratações 2024, por trata-se de serviço de natureza continuada e essencial ao regular funcionamento da unidade ministerial, que já foi objeto de duas tentativas frustradas de contratação, o Pregão Eletrônico nº 01/2023 (PR/AC), que sucedeu o também fracassado Pregão Eletrônico 12/2021(PR/DF),

que visavam suceder o contrato atual (03/2018), cuja vigência encerrará em 04/2024, sem possibilidade de prorrogação, desta forma a presente demanda deve ser inserida no planejamento Plano Anual de Contratações 2024 da PR/AC de forma excepcional.

3 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Descrição dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução. (inciso III do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021).

3.1 Requisitos Negociais

O STFC Local é um serviço essencial, necessário à Administração no desempenho de suas atribuições. A contratação pretendida deverá estender-se por mais de um exercício financeiro, pois a interrupção dos serviços poderá comprometer a continuidade das atividades desenvolvidas no âmbito da Procuradoria da República no Estado do Acre (PR/AC).

As unidades do Ministério Público Federal - MPF como um todo, desenvolvem atividades administrativas, bem como executa funções de defesa dos cidadãos nas esferas judicial e extrajudicial. Essas atividades exigem rapidez e eficiência na troca de informações com os demais entes da Administração Pública de outros estados e com o público externo.

Nesse contexto, os STFC, se apresentam como meio de comunicação necessário para acelerar processos e soluções de interesse do órgão e da sociedade. Pretende-se, via contratação, garantir a continuidade dos serviços externos de comunicação da Procuradoria da República no Estado do Acre (PR/AC) na modalidade Local, a fim de evitar transtornos pela falta do objeto em questão.

3.2. Requisitos de Capacitação

3.2.1. Capacitação das equipes técnicas do MPF em conhecimentos mínimos dos equipamentos e das novas tecnologias implantadas a fim de administrarem os serviços e os contratos de forma mais eficiente.

3.3. Requisitos Legais

3.3.1. Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos;

- 3.3.2. Instrução Normativa SG/MPF nº 01, de 22 de fevereiro de 2016 – Dispõe sobre os procedimentos relativos à contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação e à gestão dos respectivos contratos no âmbito do Ministério Público Federal;
- 3.3.3. Instrução Normativa SG/MPF nº 1, de 8 de fevereiro de 2018 – Dispõe sobre os serviços de natureza continuada no âmbito do Ministério Público Federal;
- 3.3.4. Portaria PGR/MPF nº 261, de 21 de maio de 2021 – Institui o Zoom como ferramenta oficial de comunicação institucional entre membros e servidores do Ministério Público Federal;
- 3.3.5. Portaria PGR/MPF nº 417, de 5 de julho de 2013 – Dispõe sobre o Plano de Segurança Institucional do Ministério Público Federal;
- 3.3.6. Portaria PGR/MPF nº 212, de 30 de março de 2016 – Dispõe sobre o horário de funcionamento da Procuradoria Geral da República e dá outras providências;
- 3.3.7. Guia de Contratações Sustentáveis do MPF, 2016 – descreve normas de sustentabilidade, obrigatórias em todas as contratações;
- 3.3.8. Portaria PGR/MPF nº 1213, de 26 de dezembro de 2018 – Dispõe sobre o recebimento e a gestão de documentos protocolados junto ao Ministério Público Federal;
- 3.3.9. Resolução ANATEL nº 605/2012 – Aprova o Regulamento de Gestão de Qualidade da Prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado – RGQSTFC;
- 3.3.10. Resolução ANATEL nº 341/2003 – Aprova os modelos de Contrato de Concessão para a prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado nas modalidades de serviço Local, Longa Distância Nacional (LDN) e Longa Distância Internacional (LDI) e o Plano Geral de Metas de Qualidade para o Serviço Telefônico Fixo Comutado (PGMQ).

3.4. Requisitos Temporais

- 3.4.1. Os serviços objeto deste estudo estão definidos como de natureza continuada no âmbito do Ministério Público Federal, item LVI da Instrução Normativa SG/MPF nº 1/2018;
- 3.4.2. Os serviços deverão ser prestados durante 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, pelo período de vigência do contrato.

3.5. Requisitos de Segurança

- 3.5.1. A Contratada deverá manter sigilo sobre fatos, atos, dados ou documentos de que tomem conhecimento e que tenham relação ou pertinência com o MPF, durante e após a prestação dos serviços, sujeitando-se a aplicação das sanções civis e penais pelo

descumprimento;

3.5.2. A Contratada deverá seguir os protocolos de segurança da informação, políticas e requisitos determinados pelo MPF;

3.5.3. A Contratada deverá identificar seus funcionários, representantes ou prestadores terceirizados, com crachás de identificação, uniformes e/ou outra forma que permita ao Contratante facilmente identificá-los como tal;

3.5.4. Todos os funcionários da Contratada que estiverem trabalhando fisicamente ou remotamente (se for o caso) no MPF, sejam o Preposto, os Gerentes, Analistas, Técnicos e demais que estiverem sob o Contrato, deverão assinar o Termo de Compromisso e Manutenção do Sigilo;

3.5.5. Para a infraestrutura de rede, a segurança deve ser garantida em cada site do MPF;

3.5.6. A solução deverá prover mecanismo de criptografia fim a fim entre os terminais, utilizando algoritmos de mercado, atualizados e reconhecidos como seguros por entidade de relevância em cibersegurança, a exemplo do NIST, GSI-GOV.br;

3.5.7. Os dados de gravações de ligações, videochamadas e similares devem ser armazenados de forma criptografada utilizando algoritmos de mercado, atualizados e reconhecidos como seguros por entidade de relevância em cibersegurança, a exemplo do NIST, GSI-GOV.br.

3.6. Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais

3.6.1. Não se aplica.

3.7. Requisitos Tecnológicos

3.7.1. Os serviços a serem contratados deverão funcionar em cima dos canais E1 sobre os troncos chaves da operadora local já instalados e em funcionamento nas dependências da Procuradoria da República no Acre (PR/AC), situada em Rio Branco/AC;

3.7.2. Todo o tráfego telefônico, chamadas locais Fixo-Fixo, chamadas locais Fixo-Móvel (VC1), deverá ser encaminhado por meio da rede STFC do fornecedor seguindo a regulamentação vigente da ANATEL;

3.7.3. Permitir a configuração, o gerenciamento, a administração e o monitoramento de todos os recursos através de interface gráfica web intuitiva e amigável, sem necessidade de interrupção dos serviços;

3.7.4. Permitir a autenticação de ramal em diversos aparelhos IP ou softphones com o mesmo número do ramal;

3.7.5. Possuir procedimentos e protocolos modernos e seguros, principalmente relativos a criptografia e segurança;

3.7.6. Possibilitar o uso de criptografia para transmissão de informações de modo compatível com os requisitos de arquitetura tecnológica padrão de mercado;

3.7.7. Permite o acesso aos dispositivos, terminais telefônicos, seja feito por certificado instalado no dispositivo e/ou nome de usuário e senha;

3.7.8. Compatibilidade com os aparelhos IPs em funcionamento no MPF;

3.8. Requisitos da Arquitetura Tecnológica

3.8.1. Não se aplica.

3.9. Requisitos de Implantação

3.9.1 Os serviços devem ser implementados dentro do prazo de 30 (trinta) dias corridos da assinatura do contrato.

3.9.2 A ativação do serviço será realizada sobre o tronco chave 68 3214-1400 , instalados na PR/AC.

3.9.3 Contatos: Renata Domingues de Santanna (68) 3214-1428, Cassios Maia Carvalho (68)3214-1413.

3.10. Requisitos de Garantia e Manutenção

3.10.1. A assistência técnica deverá compreender os serviços ou atividades com o fim de resolver ou orientar a CONTRATANTE em situações fora da rotina, que necessitem profundo conhecimento técnico ou comprovada experiência em tecnologia ou funcionamento de STFC Local e LDN e LDI fixo para fixo e fixo para móvel, conforme as demandas específicas apresentadas pela PR/AC;

3.10.2. Fornecer número telefônico e endereço eletrônico para contato e registro de ocorrências do funcionamento do serviço contratado, com funcionamento 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana.

3.11. Requisitos de Experiência Profissional

3.11.1. A contratada deverá possuir corpo técnico capacitado, com conhecimentos técnicos profissionais e especializados para prestação de serviços de assistência técnica, manutenção

corretiva no STFC, que compõem o objeto da contratação, bem como capacidade de tratar possíveis problemas de interconexão entre operadoras de telefonia integrantes do sistema Serviço Telefônico Comutado Fixo.

3.12. Requisitos de Formação Profissional

3.12.1. Não se aplica.

3.13. Requisitos de Metodologia de Trabalho

3.13.1. Não se aplica.

3.14. Outros requisitos aplicáveis

3.14.1. Não se aplica.

4 – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

Fundamentação: Estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala (inciso IV do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).

A estimativa de tráfego para a contratação foi baseado no consumo médio do ano de 2019, período que antecedeu ao isolamento frente a pandemia do COVID-19.

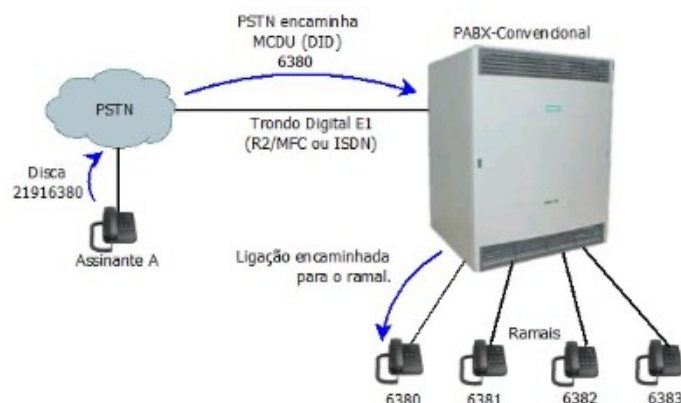
Serviço Telefônico Fixo Comutado – Local		
Procuradoria da República no Acre – PRAC		
SERVIÇO TELEFÔNICO FIXO COMUTADO LOCAL	U.M	PRAC Rio Branco – Ac
Assinatura Mensal dos Entroncamentos Digitais (Feixe E1) de 30 canais de 2Mbps – Acesso a DDR	Unidade / Mês	1
Assinatura Mensal da Faixa de Numeração DDR*	Unidade / Mês	150
Tráfego Telefônico Local em Chamadas Fixo-Fixo	Unidade / Mês	7200
Tráfego Telefônico Local em Chamadas Fixo-Móvel (VC1)	Unidade / Mês	2400

5 – LEVANTAMENTO DE MERCADO

Fundamentação: Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar. (inciso V do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021).

5.1.1. Telefonia Fixa Tradicional

- i. A abordagem tradicional de fornecimento de serviços de telefonia aos usuários internos e externos dos órgãos é por meio de uma infraestrutura dedicada, centrada em um dispositivo de comutação telefônica chamado de PABX (Private Automatic Branch Exchange) responsável pela interface entre os terminais telefônicos pessoais e o Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) provido pelas operadoras do setor;
- ii. Os PABXs podem ser conectados por Linhas Digitais ou Troncos Digitais (E1) através de dois pares metálicos, fibras ópticas ou VoIP, que são ligados a um modem e instalados nas instituições e ligadas a um PABX através de uma placa tronco digital E1 ou ISDN.



iii. Algumas vantagens da telefonia tradicional são:

- i. baixo custo de infraestrutura central de comunicação por muitos anos;
- ii. possibilidade de utilizar diferentes tons de discagem;
- iii. baixo custo na configuração de funções adicionais à central;
- iv. alto controle e flexibilidade sobre o sistema de telefonia local.

5.1.2. Telefonia IP on premises

- i. Nesta infraestrutura, as instalações do PABX estão na rede local (LAN) da organização;
- ii. As linhas telefônicas tradicionais, softphones ou os sistemas VoIP (Voz sobre IP), podem estar conectadas ao PABX IP on premises, além de ramais remotos instalados fisicamente. Nesse caso, a conexão com a internet permite o tráfego de dados com o exterior;
- iii. Existem também soluções de PABX local baseadas no código de software livre ASTERISK, comumente em servidores locais e com os telefones IPs na mesma rede (LAN). Nesses casos, os servidores podem ter placas de telefonia para conexão com as operadoras em linhas analógicas, digitais e tronco E1 ou conexão com operadoras já baseadas no protocolo SIP, atualmente o padrão de conectividade em VoIP .
- iv. Algumas características da telefonia PABX IP on premises são:
 - a. A organização possui controle direto da máquina onde o PABX está hospedado;
 - b. Possui conectividade local com o gateway para linhas tradicionais;
 - c. Ainda que se perca a conectividade com a internet, é possível continuar operando através de rotas backup locais;
 - d. É necessário investir em infraestrutura física, com espaço disponível e ar condicionado;
 - e. É preciso obter domínio técnico da solução para implantação;
 - f. Devido a complexidade da arquitetura tecnológica, é necessário contrato com empresa especializada ou técnicos com a expertise para realizar intervenções sempre que necessário, por exemplo, no caso de atualizações de software ou manutenções preventivas;

5.1.3. Telefonia em Nuvem

- i. A telefonia em nuvem (Cloud Telephony), também chamada de PABX em nuvem (Cloud PABX), é um modelo de negócio de fornecimento do serviço de telefonia IP, incluindo a PABX pela internet por meio de um provedor externo.
- ii. A tecnologia em nuvem elimina equipamentos e estrutura física no local, proporcionando atualizações das funções de PABX. Esse modelo permite que a organização reduza os seus custos de capital com a aquisição de equipamentos e/ou manutenção de hardwares.
- iii. As principais vantagens da telefonia em nuvem são:
 - a. Redução de gastos de capital por meio da redução da necessidade de investimentos em hardware e serviço de manutenção de central telefônica PABX;
 - b. Integração de diferentes ferramentas aos serviços de comunicação, criando-se fluxos de trabalhos mais otimizados e padronizados;

- c. Maior mobilidade e flexibilidade na implementação de políticas de comunicação;
- d. Maior rastreabilidade e gerenciamento das comunicações
- e. Maior escalabilidade e customização dos serviços.
- f. Maior segurança em termos de disponibilidade e resiliência dos serviços, por estarem hospedados fora da região física da organização, em geral em datacenters com estrutura adequada para redundância.

5.2. Justificativa da Solução Escolhida

5.2.1. O item 5.4.1 - UCaaS (Unified Communication as a Service) apresenta a solução mais moderna e que atende de forma satisfatória aos requisitos apresentados no item 3 - Requisitos da Contratação.

5.2.2. A alternativa 5.3.1 - Telefonia tradicional é atualmente adotada como solução para a PR/MS e, em conjunto com a solução 5.3.2 - Telefonia IP on premises, são as alternativas em uso pela maior parte das Unidades do MPF.

5.2.3. As soluções supracitadas necessitam da gestão de dois contratos: um para os serviços de telefonia e outro para a manutenção da central telefônica. Além disso, é preciso disponibilizar um espaço físico climatizado com nobreaks exclusivos para este fim.

5.2.4. Diversos órgãos públicos têm adotado como contratação de telefonia os serviços indicados pelo item 5.3.3 - Telefonia em nuvem, como a Delegacia da Receita Federal em Campo Grande/MS, o TRT-1ª Região, a Anatel, entre outros.

5.2.5. No caso do Ministério Público Federal, a Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação tem adotado contratações nacionais para todas as aquisições de bens e serviços ligados à Tecnologia da Informação e Comunicação, vide o Serviço de Outsourcing de Impressão, o de Mensageria e Videoconferência, o serviço de arquivos na rede e correio eletrônico, a telefonia móvel, a aquisição de desktops e notebooks;

5.2.6. Para a solução a ser adotada pela PR/AC é significativo considerar que está em curso o processo de contratação de Comunicação Unificada (UCaaS) pela Procuradoria Geral da República, por meio do PGEA - 1.00.000.018489.2022.34, que apresenta todas as vantagens da solução 5.1.4 - Comunicação Unificada (UCaaS) e outras, como ganho de escala, redução dos custos de fiscalização de contratos, eliminação da infraestrutura local de telefonia, integração com os serviços nacionais, entre outros;

5.2.7. Outro aspecto significativo é o desinteresse por parte das operadoras em apresentar propostas para a prestação do serviço, conforme informação contida no Despacho nº

9/2024(PR-AC-00003352/2024)

5.2.8. É preciso ressaltar ainda que diversas tentativas de contratações de serviços de telefonia fixa em outras unidades do Ministério Público Federal acabaram frustradas, por exemplo, o pregão deserto no Paraná (PGEA - 1.25.000.003231/2021-83), a tentativa de licitação que resultou fracassada no estado de São Paulo que realizou contratação emergencial após desistência da única empresa participante do processo licitatório (PGEA-1.34.001.005176/2023-17);

5.2.9. Diante disso, a melhor solução para a PR/AC atualmente é a 5.1.4 – Comunicação Unificada (UCaaS), que está em processo de licitação pela PGR e será adotada como serviço nacional.

5.2.10. Dessa forma, a fim de impedir que o serviço seja interrompido por falta de contrato vigente, e considerando:

- i. Que a telefonia institucional é um serviço essencial para o bom funcionamento do Ministério Público Federal em todo o estado;
- ii. A complexidade envolvida para realizar um processo de contratação local de UCaaS - Comunicação Unificada, que envolve a elaboração de diversos artefatos, especificação de requisitos, pesquisas de mercado em busca de possíveis interessados, reuniões para alinhamento de expectativas, entre outras atividades essenciais;
- iii. A complexidade para integração de um sistema local de comunicação unificada com os sistemas atuais da PGR;
- iv. Os diversos casos de licitações fracassadas e dificuldades de contratação citados no item 5.2.7;
- v. O curto período de vigência do contrato a ser elaborado para a contratação local até a substituição pelo contrato nacional;
- vi. A não apresentação de proposta por parte das operadoras consultadas.
- vii. O baixo custo do contrato atual de telefonia.
- viii. A impossibilidade de prorrogação do Contrato 03/2018, de prestação de serviço de STFC para a PR/AC, atualmente em vigor;

5.2.11. Evidencia-se, portanto, que a contratação por dispensa de licitação da proposta apresentada pela empresa Claro S.A., com base no art. 75 inciso II da Lei nº 14.133(NLCC), apresenta-se como a melhor alternativa para a PR/AC até o advento da conclusão do contrato de telefonia nacional.

6 – ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação (inciso VI do § 1º da Lei 14.133/21).

A estimativa de valor para a contratação é de R\$ 28.537,32 por 12 meses, usando o modelo atual, STFC (Serviço Telefônico Fixo Comutado) sem considerar o valor da manutenção das centrais telefônicas que é um contrato nacional, bancado pela PGR.

7 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Fundamentação: Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso. (inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso IV da IN 40/2020).

7.1. A solução a ser utilizada pela PR/AC deverá ser a de Comunicação Unificada (UCaaS) a ser contratada pela PGR;

7.2. O contrato contemplará o fornecimento de Ramais IP com serviço telefônico fixo comutado – STFC integrado ao PABX virtual em nuvem e ao sistema de videoconferência, chat e colaboração da Zoom implantado no MPF, baseado em protocolo SIP e tecnologias VoIP (Voz sobre IP), com ligações nas modalidades LOCAL e LDN ilimitadas e LDI em pacotes sob demanda, para terminais fixos e móveis, com DDR/DID, portabilidade numérica, os serviços de suporte e manutenção da solução sem mão de obra residente, a alocação de aparelhos telefônicos IP sob demanda e a capacitação dos usuários e das equipes técnicas do MPF;

7.3. A solução deverá contar com recursos existentes e de padrão de mercado no que diz respeito a PABX Virtual;

7.4. O serviço telefônico deverá ser 100% baseado na nuvem de acesso público através da Internet com base em tecnologias IP;

7.5. A tecnologia deverá ser de última geração, possuir arquitetura distribuída, escalável e flexível e fornecer serviços de telefonia IP nativa, de forma a assegurar a atualização tecnológica da solução;

8 – JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

Fundamentação: Justificativas para o parcelamento ou não da solução. (inciso VIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso VII da IN 40/2020).

Optou-se pela junção dos itens em apenas um grupo, uma vez que fica muito oneroso administrar um contrato para cada item. Tal agrupamento facilitará a gestão do contrato e a fiscalização dos serviços prestados.

9 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Fundamentação: Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis; (inciso IX do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21), bem como em termos de efetividade e de desenvolvimento nacional sustentável.

9.1. Continuidade da prestação do serviço de telefonia fixa necessário ao desempenho das atividades institucionais pelos membros e servidores e ao cidadão para entrar em contato com a PR/AC;

10 – PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Fundamentação: Providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização; (inciso X do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).

10.1. Não há.

11 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Fundamentação: Contratações correlatas e/ou interdependentes. (inciso XI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).

11.1 Não existem contratações interdependentes.

12 – IMPACTOS AMBIENTAIS

Fundamentação: Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável.

(inciso XII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)

11.1. O descarte adequado de equipamentos da PR/AC é de sua responsabilidade e o de equipamentos incluídos nos serviços é da contratada.

13 – VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina. (inciso XIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)
Posicionamento conclusivo sobre a viabilidade e razoabilidade da contratação. (Art. 7º, inciso XIII da IN 40/2020).

12.1. O presente planejamento atende de forma satisfatória às demandas de negócio formuladas, os riscos são administráveis e os benefícios pretendidos são adequados e apresentam a infraestrutura ideal para o serviço de telefonia comutada, com tecnologia capaz de atender de forma plena por um longo período, sem tornar-se obsoleta.

12.2. De toda forma, não é recomendável avançar com um processo de aquisição local de UcaaS que apresenta alta complexidade e carga de trabalho ao mesmo tempo em que a PGR conduz um processo de contratação nacional para um serviço com as mesmas características.

12.3. Portanto, o posicionamento conclusivo é que se torna mais vantajosa a contratação da proposta apresentada pela empresa Claro S. A., a fim de manter o serviço em funcionamento até que seja concluída a contratação do serviço de telefonia nacional realizada pela STIC/PGR, e que estes estejam implantados em todas as unidades do MPF no Acre.

14. RESPONSÁVEIS

Matrícula	Nome	Função	Lotação
6060	Cassios Maia Carvalho	Integrante Requisitante	PR-AC/GABPC/SE/CTIC
29593	Renata Domingues de Sant’anna	Integrante Técnico	PR-AC/GABPC/SE/CTIC/SETINF

CASSIOS MAIA CARVALHO
Integrante Requisitante

RENATA DOMINGUES DE SANT’ANNA
Integrante Técnico



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Assinatura/Certificação do documento **PR-AC-00004189/2024 ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

.....
Signatário(a): **RENATA DOMINGUES DE SANT ANNA**

Data e Hora: **29/02/2024 11:00:36**

Assinado com login e senha

.....
Signatário(a): **CASSIOS MAIA CARVALHO**

Data e Hora: **29/02/2024 13:53:34**

Assinado com login e senha

.....
Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave dedb894a.8fc007e4.e7b6069d.9ec03321